

RESEARCH AND POLICY BRIEF

FIREUSES — Paisagens de Fogo: Uma História Política e Ambiental dos Grandes Incêndios em Portugal

Projeto de investigação sobre a história dos incêndios rurais em Portugal do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no período 2022-2025.

RESUMO

Nas últimas duas décadas, Portugal destaca-se como o país europeu com a maior proporção de território ardido. O projeto FIREUSES desenvolveu uma investigação histórica multidisciplinar focada na origem e desenvolvimento do atual regime de fogo em Portugal. Entre 2022 e 2025, foi possível reconstruir com base em fontes documentais inéditas e um trabalho extenso de história oral o início do regime de “grandes incêndios” na década de 1960. De forma surpreendente, esta transição resultou de opções de planeamento territorial definidas no final do século XIX e continuamente reiteradas até aos dias de hoje, que moldaram a paisagem portuguesa e as atitudes de diferentes intervenientes face ao fogo. Particularmente nas regiões serranas do país, os meses de verão, outrora dedicados a atividades agrícolas baseadas no uso do fogo, como as roças e queimadas, são atualmente um período de risco extremo de incêndio.

CONTEXTO E METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

O projeto *FIREUSES – Paisagens de fogo: Uma história política e ambiental dos grandes incêndios em Portugal* desenvolveu investigação nas áreas da história e das ciências ambientais, no âmbito do Instituto de História Contemporânea (NOVA FCSH) e do Laboratório Associado IN2PAST. Foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (c. 250 mil euros) e contou com a colaboração de cinco municípios – Moimenta da Beira, Sernancelhe, Vila Nova de Paiva, Silves e Monchique –, do Instituto Superior de Agronomia e da produtora de cinema TERRATREME. Reunindo diferentes tradições científicas, da história da ciência à história social, da história ambiental às ciências ecológicas, o FIREUSES procurou circunscrever um mesmo problema: como e quando nasceu o regime de incêndios catastróficos no Portugal contemporâneo.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O projeto FIREUSES investigou a história dos incêndios rurais em Portugal sobre eixos de transformação política, científica, rural e ambiental. Este documento procura traduzir o passado do fogo numa melhor compreensão dos incêndios do presente e em orientações de política pública. Os resultados do FIREUSES mostram ser necessário:

- Construir uma nova relação com fogo fundada no conhecimento histórico e ecológico e na memória e experiência das comunidades afetadas.
- Promover o regresso da agricultura, da pecuária e de usos agroflorestais aos territórios de montanha mais vulneráveis aos incêndios.
- Recuperar práticas de fogo sazonais conducentes a uma gestão continuada de combustíveis e a uma paisagem de baixo risco de incêndio.
- Impulsionar o caso português como referência de investigação e inovação multidisciplinar em contexto europeu e mundial.
- Reavaliar a governação dos incêndios rurais considerando a 1) história longa de mudança nas paisagens rurais, 2) o impacto de políticas territoriais no interior português e 3) a participação das comunidades afetadas na gestão da prevenção e combate aos incêndios.

AUTORES Miguel Carmo, Ana Isabel Queiroz, José Miguel Ferreira, Marta Nunes Silva, Inês Gomes, Frederico Ágoas, Joana Vaz Sousa, Francisco Moreira e Bárbara Direito. (DOI: 10.5281/zenodo.18745474). Para mais informação contactar fireuses@fcs.unl.pt ou visitar <https://projetos.dhlab.fcs.unl.pt/s/fireuses/>

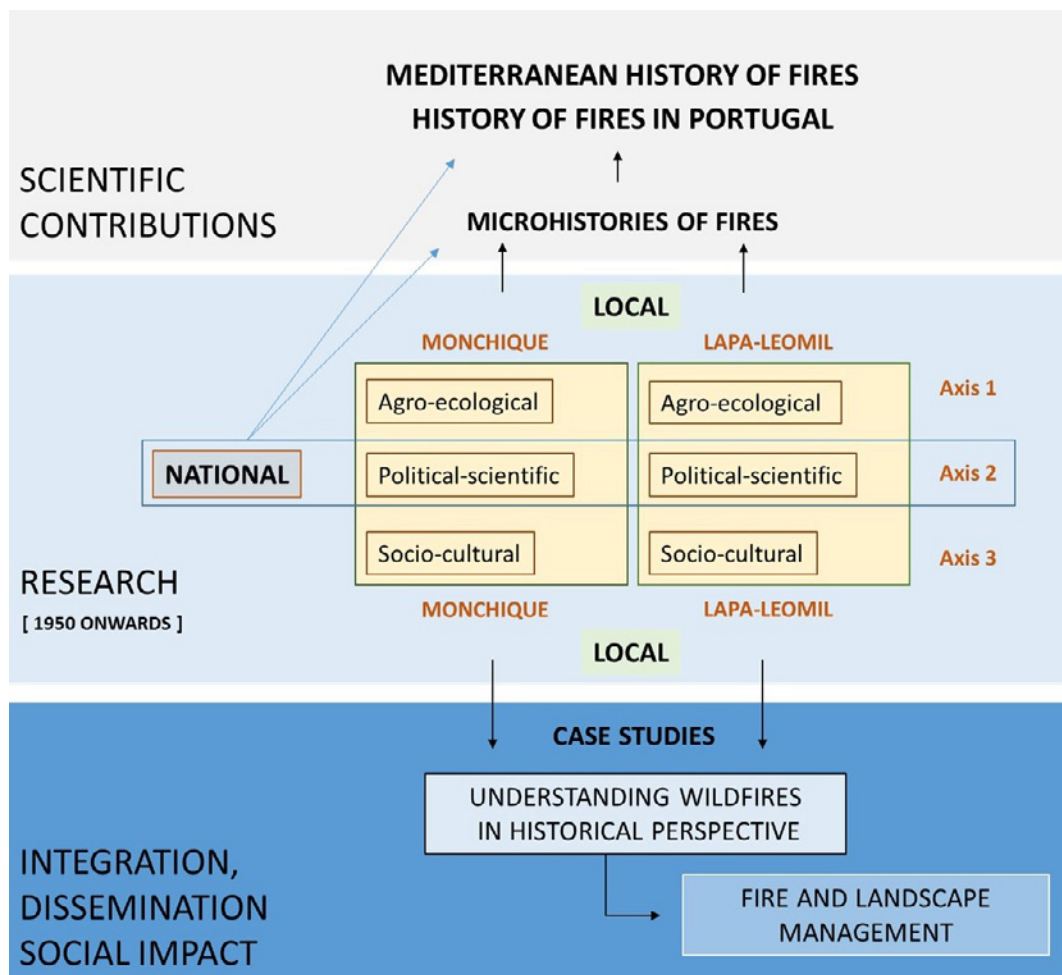


Diagrama de pesquisa e outreach do projeto FIREUSES, 2021

Como principal inovação de pesquisa, o “fogo” foi colocado no centro do inquérito histórico incidindo sobre fundos documentais diversos, de âmbito nacional e local, e fontes orais recolhidas sistematicamente. Esta abordagem permitiu esclarecer conexões socioecológicas e político-científicas que permaneciam por identificar e reexaminar o passado rural português a partir de uma problemática atual.

O FIREUSES articulou duas escalas de análise: um plano nacional, centrado no desenvolvimento de políticas e quadros científicos relacionados com o fogo, e dois estudos de caso em zonas de montanha que apresentam, atualmente, regimes de fogo distintos. A investigação realizada na serra de Monchique, no Algarve, e no planalto montanhoso entre as serras de Lapa e Leomil, na Beira Alta, permitiu descrever a transição rural para os grandes incêndios, com base em entrevistas a 75 pessoas – entre bombeiros, agricultores, pastores, produtores florestais, apicultores, carvoeiros, membros de associações locais e pessoas ligadas às autoridades locais e regionais – e pesquisa em arquivos municipais, judiciais e familiares.

Sem deixar de parte a incidência crescente dos incêndios rurais nas últimas quatro décadas e o efeito das alterações climáticas, o FIREUSES centrou-se maioritariamente no período

anterior a 1980, que é omissa nos dados estatísticos portugueses sobre incêndios e na maioria dos estudos dedicados ao tema.¹ Cedo se percebeu, no entanto, que as políticas de ordenamento rural do Estado Novo assentavam em bases intelectuais e legislativas estabelecidas na segunda metade do século XIX. Esta cronologia em expansão da investigação realizada foi essencial para consolidar uma história contemporânea do fogo em Portugal, que oferece um novo olhar sobre as relações entre o estado, o território e as populações, mas também para mapear actores e processos históricos relevantes para a compreensão do fenómeno dos grandes incêndios à escala mundial.

¹ Ver e.g. M. G. Pereira *et al.* (2011), ‘The history and characteristics of the 1980-2005 Portuguese rural fire database’, *Nat. Hazards Earth Syst. Sci.* 11, 3343–3358, e o estudo liderado por Francisco Moreira, consultor no FIREUSES, *Temporal (1958–1995) pattern of change in a cultural landscape of northwestern Portugal: implications for fire occurrence* (2001, *Landsc. Ecol.* 16, 557–567), como exemplo dos benefícios de uma cronologia de análise alargada.

Principais conclusões

1.

DO FOGO AMIGO AO INCÊNDIO INDESEJADO

O contraponto entre fogo “bom” e fogo “mau” é um tema recorrente nos estudos sobre os incêndios em Portugal desde, pelo menos, a década de 1980. Diz um provérbio finlandês, frequentemente citado, que “o fogo é um bom criado, mas um mau patrão.” Com esta dicotomia sublinha-se a natureza indesejada e prejudicial dos incêndios florestais ou rurais por oposição aos usos antropogénicos do fogo, valorizados como tradição agrícola de manejo da terra e como técnica de redução de biomassa combustível para prevenção de incêndios. Só recentemente, porém, os usos do fogo começaram a receber atenção histórica em Portugal.² A pesquisa do projeto FIREUSES mostrou que a história dos usos do fogo e a história dos incêndios não podem ser desligadas uma da outra.

A partir de meados do século XIX, as práticas de fogo agrícola começaram a ser criticadas nos discursos políticos e científicos como «arcaicas», «bárbaras» e pouco produtivas. O legado desta visão, que em muitos aspetos se perpetua até à atualidade, é bem evidenciado pela história conturbada dos usos técnicos do fogo na gestão florestal. Progressivamente abandonada no contexto da crescente estigmatização do fogo pelos Serviços Florestais, reorganizados na década de 1880, a utilização silvícola do fogo foi relegada a último recurso durante grande parte do século XX. O fogo técnico começou a ser reabilitado na década de 1970, quando uma nova geração de silvicultores atentos ao aumento do número e intensidade dos incêndios se aproximou de uma visão integrada e ecológica da floresta.

Os primeiros trabalhos académicos sobre os benefícios do fogo técnico são já posteriores à revolução de 25 de abril de 1974. Segundo o silvicultor Joaquim Moreira da Silva, um

dos precursores do fogo controlado em Portugal, era necessário recuperar a “prática do fogo” e os “ecossistemas condicionados pelo fogo”, revisitando saberes tradicionais que estavam em desaparecimento acelerado. Meio século passado, a implementação destas técnicas continua, porém, a ser diminuta, não obstante o consenso técnico-científico a respeito da sua utilidade, evidenciando o peso histórico da estigmatização do fogo nos dois últimos séculos.³

2.

A HISTÓRIA LONGA DA OPOSIÇÃO ENTRE FOGO E FLORESTA

A investigação do FIREUSES situou historicamente a relação entre o novo regime de fogo que se constituiu na segunda metade do século XX e as transformações no espaço rural nacional. Embora fosse conhecido que as restrições aos usos do fogo em determinados espaços florestais são muito antigas, remontando ao período medieval, a pesquisa revelou a incidência limitada destas proibições (nas matas e coutadas régias) e a prevalência dos usos do fogo como parte de uma economia agro-silvo-pastoril que era regulada por costumes e normativas locais. Neste contexto, embora a documentação mostre que os incêndios eram uma ocorrência comum, as áreas ardidas e o impacto do fogo eram significativamente inferiores às atuais.

A estigmatização dos usos do fogo é indissociável dos projetos de florestação impulsionados pelo estado liberal a partir da década de 1850. Esta ligação é visível no conhecido *Relatório acerca da Arborização Geral do Paiz*, de 1868, que identificava as práticas tradicionais de fogo como um dos principais obstáculos à florestação das regiões serranas do interior. É também demonstrada pelo alargamento das restrições ao fogo agrícola que acompanhou a reorganização dos Serviços Florestais, em 1886, e, posteriormente, a criação dos primeiros perímetros florestais nas serras da Estrela e do Gerês. Inicialmente circunscritas às matas nacionais e a uma faixa de 200 metros em seu redor, as restrições aumentaram para 1 quilómetro, em 1926, e 3 quilómetros, em 1954.

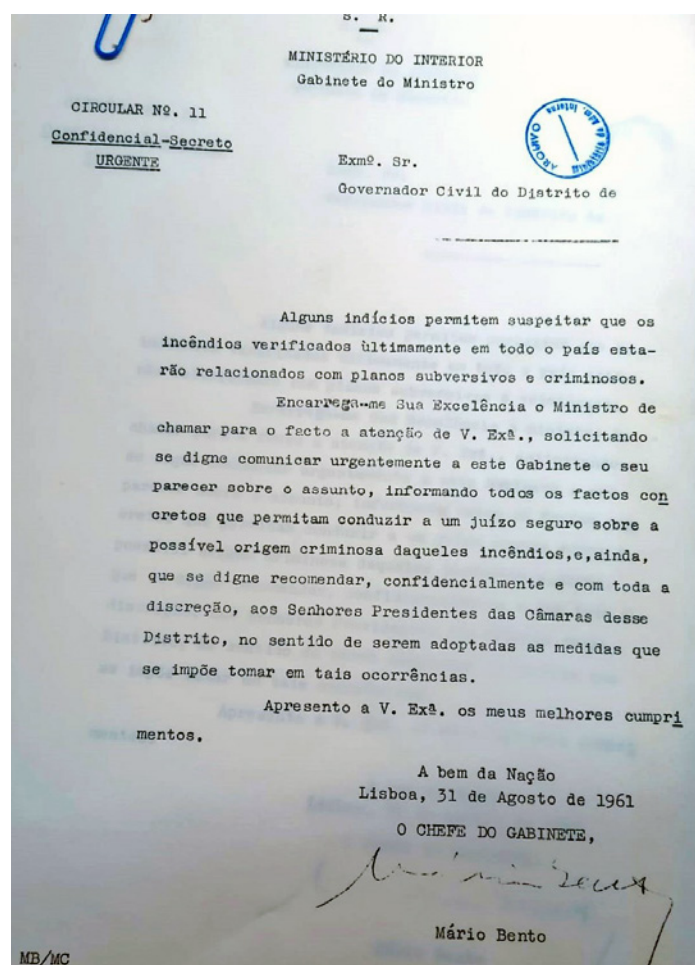


Colóquio FIREUSES na Casa das Novenas,
Aldeia da Lapa, Sernancelhe, 2024

- 2 Ver e.g. F. Castro Rego (1983/84), ‘Efeitos Ecológicos Dos Fogos Controlados’, Notas Técnico-Científicas – Estação Florestal Nacional, 53–72. Para uma abordagem histórica, ver E. de Oliveira *et al.* (2023), ‘Remains of Traditional Fire Use in Portugal: A Historical Analysis’, *Trees, Forests and People* 14, 100458; e F. Castro Rego *et al.* (2021), *O Uso do Fogo em Portugal. Tradição e Técnica*, Lisboa: Observatório Técnico Independente, Assembleia da República.
- 3 J. Moreira da Silva (6/5/1981), ‘Alguns aspectos sociais e ecológicos relacionados com o fogo’, Colóquio Defesa do Património Florestal (Lisboa: APEC, Associação Portuguesa de Economistas). Ver também J. Pinho e P. Mateus (2019), ‘Retrato a carvão. A gestão do fogo no âmbito da administração florestal e do ordenamento florestal do território: subsídios para uma perspetiva histórica e de futuro’, *Territorium* 26(II), 61–88; e I. Gomes e F. Ágoas (2025), ‘Fire management and community restraint: the rise of forestry science and the governance of commons’, *Hist. Sci.* 63(1), 52–72.

Transversal a sucessivos regimes políticos, esta visão política, económica e científica de um país povoado de florestas e sem fogo culminou, durante o Estado Novo, na promulgação da Lei de Povoamento Florestal de 1938, que previa a arborização com espécies de pinheiro de mais de 400 mil hectares de terrenos baldios situados a norte do Tejo. Apesar da oposição popular que a lei suscitou, três décadas mais tarde tinham sido submetidos ao regime florestal perto de 480 mil hectares e arborizada cerca de 60% desta área. A partir da década de 1960, as políticas de florestação estenderam-se aos terrenos particulares e ao sul do país, através dos apoios proporcionados pelo Fundo de Fomento Florestal, com o eucalipto e a indústria de pasta de papel a assumirem um protagonismo crescente.

Os anos 1960 assistiram ainda aos primeiros incêndios florestais de grande dimensão, como os da serra da Arga (1962) e de Boticas (1963), que parecem ter atingido principalmente áreas que tinham sido submetidas ao regime florestal nos anos precedentes. Foi, de resto, neste período inicial de mudança para um novo regime de fogo que os incêndios rurais começaram a assumir uma importância no discurso político como “calamidade pública”.⁴



Circular do Ministério do Interior, de 31 agosto de 1961, em que o ministro pergunta aos governadores civis se “os incêndios verificados ultimamente em todo o país” estariam relacionados “com planos subversivos ou criminosos.”

3. TRANSIÇÃO PARA O REGIME DE GRANDES INCÊNDIOS

O FIREUSES analisou com detalhe as mudanças de rumo do projeto florestal do Estado Novo e a emergência de um novo regime de fogo nos dois estudos locais do projeto. Nas serras da Lapa e Leomil, fortemente assoladas pelos incêndios do verão de 2025, observou-se uma realidade agro-silvo-pastoril multifacetada prévia à submissão dos baldios ao regime florestal no final da década de 1950. Existiam alguns pinhais particulares, mas estes ocupavam áreas relativamente pequenas e integravam-se num mosaico de campos cultivados e zonas de pastagem e matos. No início da década de 1970, porém, esta paisagem rural fora profundamente transformada pela nova centralidade dos recursos florestais e pelo êxodo rural. No rescaldo do 25 de abril de 1974, quando uma parte dos baldios foi devolvida às comunidades, um fogo consumiu mais de 1000 hectares de terrenos arborizados, num prenúncio da era dos grandes incêndios. Entre as áreas ardidas encontravam-se os pinhais plantados pelos Serviços Florestais, prestes a atingir a maturidade para o primeiro corte, o que acarretou perdas avultadas para as populações.

O caso da serra de Monchique evidenciou a mudança na política florestal no sentido de uma importância crescente do eucalipto a partir da década de 1950. Durante a primeira metade do século XX, os esforços de intensificação da exploração do solo, reforçados pela Campanha do Trigo iniciada em 1929, resultaram, curiosamente, numa maior disseminação dos usos agrícolas do fogo nas serras do Algarve. Esta realidade manteve-se até à década de 1960, quando, no contexto da expansão das plantações de eucalipto e da crise da cerealicultura, teve início um expressivo êxodo rural e abandono agrícola.

Em conjunto, o crescimento dos povoamentos florestais e da vegetação natural sobre os campos que deixaram de ser regularmente queimados produziu uma paisagem crescentemente combustível. Tal como em Lapa-Leomil, estas mudanças contribuíram para a mudança do regime de fogo. Foi neste contexto que se assistiu à substituição do antigo calendário agrícola do

- 4 Ver M.C. Radich (2000), ‘A floresta no Portugal oitocentista’, in M.C. Radich e A.A. Monteiro Alves (eds), *Dois Séculos da Floresta em Portugal*, Celpa; D. Freire (2004), ‘Os baldios da discórdia: as comunidades locais e o Estado’, in D. Freire et al. (eds), *Mundo rural. Transformação e Resistência na Península Ibérica (Século XX)*, Lisboa: Edições Colibri, 191–224; A. Branco (2010), ‘Was the Portuguese Forest Policy a contribution towards economic modernization? The case of the paper pulp industry during the Estado Novo (1930–1974)’, *Rev. hist. ind.* 44, 69–96; J.M. Ferreira et al. (2025), ‘Roças and queimadas: Changing landscapes of fire in twentieth-century Portugal’, *Arcadia: Explorations in Environmental History* 9; e J.M. Ferreira (no prelo), ‘Um país a arder. Os incêndios florestais como emergência nacional nos debates parlamentares do Estado Novo (1935–1974)’, *Ler História*.

fogo, onde os meses de verão eram dedicados à preparação e queima dos terrenos para os cultivos, por um novo calendário de risco meteorológico de incêndio, concebido para proteger a nova economia do eucalipto.⁵

Colóquio

AS PAISAGENS DE FOGO DE MONCHIQUE:
História e memória dos incêndios nas serras do sul

26 Outubro 2024

10h00 - 16h00

Casa do Povo de Alferce
Concelho de Monchique

Apresentação de resultados do projecto Paisagens de Fogo, uma investigação colectiva sobre a história dos incêndios rurais em Portugal, dos anos 1950 à actualidade

Entrada gratuita sujeita a inscrição através do email fireuses@fchh.unl.pt ou do telefone 282910200
Transporte a partir de Marmeleira e Monchique organizado pela Câmara Municipal de Monchique

<https://bit.ly/fireuses>

Logos: H2020, IN2PAST, MONCHIQUE, fct, MONCHIQUE, Silves, Casa do Povo de Alferce

Cartaz do Colóquio FIREUSES realizado na aldeia de Alferce, Concelho de Monchique, 2024

- ⁵ Ver M.N. Silva *et al.* (2024), 'Chronique d'une calamité annoncée. Les paysages du feu dans le nord du Portugal (1950–1980)', *Études rurales* 214, 46–67; M. Carmo (no prelo), 'The burning landscapes of the serras of southern Portugal: A silent transition from fire-centric landscapes to massive forest fires', *Environment and History*; e A.I. Queiroz *et al.* (2024), 'Pyrostories: New historical insights into Portuguese burning landscapes', *Geographies* 4(4), 713–731. Ver também J.M. Ferreira *et al.* (out 2025), 'Uma catástrofe (não) anunciada: História e política dos grandes incêndios em Portugal (*Le Monde Diplomatique*, edição portuguesa, 8–9).
- ⁶ M. Carmo *et al.* (2022), 'The climatology of extreme wildfires in Portugal, 1980–2018: Contributions to forecasting and preparedness', *Int. J. Climatol.* 42(5), 3123–3146, e P. Silva *et al.* (2023), 'Changes in the seasonality of Fire Activity and Fire Weather in Portugal: Is the wildfire season really longer?', *Meteorology* 2, 74–86. Ver também J.L. Dupuy *et al.* (2020), 'Climate change impact on future wildfire danger and activity in southern Europe: a review', *Ann. For. Sci.* 77, 35, e M.G. Pereira *et al.*, 'Effects of regional climate change on rural fires in Portugal', *Clim Res* 57, 187–200.

4.

O PAPEL DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Os resultados preliminares de um estudo do projeto FIREUSES em colaboração com investigadores do IPMA, I.P. sobre a serra de Monchique sugerem que as alterações climáticas não participaram na transição para o novo regime de fogo nas décadas de 1960 e 1970. Os indicadores meteorológicos mostram que só a partir de 1980 são notórias anomalias positivas nas temperaturas de verão, que se acentuam nas décadas seguintes. Em suma, o aparecimento de grandes incêndios no final da década de 1960, com incidência e magnitude crescentes na década seguinte – comprovada na série de ocorrências registadas pelos Bombeiros Voluntários de Silves entre 1945 e 1986 – deveu-se fundamentalmente às já referidas transformações na ocupação e utilização do uso do solo.

O período após 1980 tem sido muito estudado em Portugal com base na estatística de incêndios rurais, mostrando-se, de forma crescentemente consensual, a importância de mudanças persistentes no clima no agravamento da inflamabilidade da nova paisagem rural produzida historicamente pela transição florestal e abandono agrícola nas regiões serranas. Assiste-se hoje a uma época de incêndios cerca de um mês maior do que era o período crítico durante as décadas de 1980 e 1990, que é bem explicada por mudanças no clima nos meses de primavera. A época de incêndios tem vindo a começar cada vez mais cedo, embora o seu prolongamento pós-verão não se verifique estatisticamente.

Observa-se também uma tendência persistente de aumento considerável de eventos extremos de fogo caracterizados por áreas ardidas cada vez maiores. Nas décadas de 1980 e 1990 houve apenas um incêndio que ultrapassou, ligeiramente, os 10.000 hectares de área ardida (algo aparentemente inédito até então), na primeira década do século XXI foram já onze acima daquela fasquia (com uma área ardida média de 14.000 hectares), e na década de 2010 registaram-se dezasseis megafogos (com uma área média de 25.000 hectares). No verão de 2025, o incêndio de Arganil chegou aos 64 mil hectares, dados provisórios, superando em extensão qualquer outro incêndio desde o início dos registos nacionais em 1980.⁶



Serra da Lapa no distrito de Viseu, fotografada em agosto de 2020 por Marta N. Silva

5. A PERSPECTIVA DAS COMUNIDADES AFETADAS

O projeto FIREUSES realizou um levantamento considerável de vivências do fogo nos dois estudos de caso, que abarcam o período da transição do regime de fogo até às memórias difíceis dos grandes incêndios da atualidade. Tornou-se evidente que, num contexto em que os territórios rurais eram ainda densamente povoados, a ocorrência de incêndios era um assunto quotidiano, de maior ou menor relevância conforme a extensão e natureza dos terrenos afetados. Para o caso da Lapa e Leomil, nas décadas de 1950 e 1960, as fontes locais mencionaram sobretudo incêndios em eiras de cereal, palheiros ou habitações, que eram enfrentados de forma solidária pelas populações que prontamente se mobilizavam para salvaguardar bens particulares e comunitários. Esta realidade é atestada pelos arquivos dos bombeiros de Moimenta da Beira e testemunhada por fontes orais, onde se revela um conhecimento aprofundado sobre recursos e meios de combate ao fogo.

No que diz respeito aos últimos vinte anos, a crescente extensão e intensidade dos incêndios criaram uma noção de risco e vulnerabilidade, sobretudo junto das aldeias mais isoladas envoltas por uma paisagem com mais floresta e menos agricultura e pessoas. O receio deixou de se concentrar apenas na perda de culturas agrícolas, como sucedia nas décadas de 1950 e 1960, ou na destruição de florestas de produção de madeira ou resina, testemunhada nas décadas de 1970 e 1980, e passou a ser a perda de vidas humanas, habitações e infraestruturas.



*Castanheiros em Relva Velha, Arganil,
fotografados em outubro de 2017 por Ana Isabel Queiroz*

Um estudo conduzido junto do agrupamento escolar de Moimenta da Beira permitiu perceber como esta perceção de vulnerabilidade é transversal a toda a comunidade, incluindo as camadas mais jovens. Mostrou também como a memória dos incêndios trágicos, como antes a do fogo quotidiano, faz parte de uma cultura local, partilhada na família e entre vizinhos, que foi reativada em agosto de 2025 quando várias freguesias na região de Lapa-Leomil foram percorridas pelas chamas perante a quase total ausência de meios nacionais de combate e proteção civil. Vários relatos descrevem uma comunidade empenhada que combateu o fogo com os meios disponíveis, recorrendo com sucesso a estratégias não autorizadas de contra-fogo, que emergiram da partilha de conhecimento das gerações mais velhas para as mais novas.

A pesquisa mostrou ainda que esta memória não se limita às perdas materiais e imateriais sofridas por estas populações, mas também à sua relação com as diferentes autoridades – locais, regionais e nacionais – envolvidas no combate. No incêndio de Monchique de 2018, no ano seguinte à tragédia de Pedrógão Grande, arderam cerca de 30 mil hectares em menos de uma semana, durante a qual a GNR mobilizou cerca de 1600 militares para apoio ao combate e evacuação coerciva de aldeias. Os relatórios oficiais e os testemunhos recolhidos pelo FIREUSES descrevem múltiplas frentes de fogo de progressão rápida e imprevisível. As entrevistas realizadas revelaram ainda uma memória traumática dos conflitos com a GNR, dos quais resultaram algumas dezenas de pessoas feridas em resultado da resistência das populações às instruções para abandonarem as suas aldeias, casas e terras.⁷

⁷ Ver J. Sousa e M.N. Silva (17(11/2025), ‘Vozes de vida com o fogo: enfrentamento e coexistência’, Colóquio História do Fogo nas Serras da Lapa e Leomil (Aldeia da Lapa: Projeto FIREUSES); J. Jerónimo (2024), *Perceção da comunidade escolar sobre prevenção, risco e combate aos incêndios rurais* (Moimenta da Beira, 2022/2023), Dissert. Mestrado, Universidade Nova de Lisboa; e J. Sousa *et al.* (no prelo), ‘Memories of fire control and fire politics in Serra de Monchique’, *J. polit. ecol.* Ver também a avaliação crítica do combate ao incêndio de Monchique em 2018 do Observatório Técnico Independente: OTI (2019), *Avaliação do Incêndio de Monchique: Relatório* (Lisboa: Assembleia da República).



Serra de Monchique cultivada, fotografada pelo geógrafo estadunidense Dan Stanislawski, 1962
(*The Monchique of southern Portugal*, Geogr. Rev. 52(1))

6.

O QUE É UM INCENDIÁRIO?

A partir de fontes do início do século XIX é possível olhar historicamente para os conflitos em torno da utilização do fogo, tanto como resultado de negligência ou acidente, como de tensões sociais entre diferentes setores da população rural. A literatura portuguesa do século XX identifica o fogo como um elemento da paisagem humana, dando relevo a ignições intencionais praticadas em contexto de conflito social, sobretudo através dos escritores Ferreira de Castro e Aquilino Ribeiro e, mais tarde, do movimento neo-realista, em obras publicadas entre 1940 e 1960. Nestas paisagens literárias, prevalecem ainda fogos de origem desconhecida e ainda os que resultam de acidente ou negligência, tantas vezes associados a queimas e queimadas que se alastram para terrenos adjacentes.

Documentação de natureza judicial ofereceram informação sobre realidades posteriores, já no quadro da transição para o novo regime de fogo. Os livros de registo de crimes, os inquéritos do Ministério Público e os processos judiciais disponíveis da antiga comarca de Moimenta da Beira mostram, para o período de 1950 a 2000, ignições de origens diversas que ali ficaram registadas como crime de fogo posto. São identificadas motivações ligadas a sentimentos de desespero, frustrações e sofrimentos pessoais de vária ordem, servindo o fogo muitas vezes como forma de protesto ou catarse, assim como motivações instrumentais, sendo parte de conflitos sociais, vinganças

pessoais e obtenção de interesses específicos. Nalguns casos, o fogo foi usado como forma de resistir a dificuldades específicas enfrentadas nas zonas rurais, onde as populações se sentem muitas vezes desfavorecidas ou mesmo abandonadas pelo poder político central, num quadro nacional de assimetrias territoriais significativas. Não é menosprezável, nestas fontes, o número de incêndios que resulta da utilização do fogo com fins agrícolas e de gestão da paisagem florestal.

Estas motivações só poderão ser compreendidas em profundidade a partir de um conhecimento mais denso das histórias de vida que as sustentam, sendo necessário conhecer as relações com o território, com os seus recursos e com o fogo, o que implica ir além da leitura da realidade dada pela documentação criminal. Tal rol de motivações é indicativo da necessidade de rever o que se entende por incendiariado (e por incendiário) e de como deve ser encarado social, política e legalmente.⁸

8 M.N. Silva (17/11/2025), 'Fogos, incêndios e incendiários: ruralidades nas Terras do Demo,' Colóquio História do Fogo nas Serras da Lapa e Leomil (Aldeia da Lapa: Projeto FIREUSES); A.I. Queiroz *et al.* (no prelo), 'The literary arsonist,' in R. Blanco-Rotea *et al.* (eds), *A Transdisciplinary Approach to Uncertain Landscapes*, Springer: Landscape series; e M. Carmo *et al.* (12/09/2025), 'Science against fire: The rise of agronomic sciences and the opposition to fire use in Portugal during the 19th century', Rural History 2025 Conference (Coimbra: EURHO).

Ideias-chave e recomendações

Os incêndios rurais representam hoje o principal desafio económico, social e ambiental no território português. Apesar do aumento substancial dos recursos de prevenção e combate, bem como do desenvolvimento de estratégias e regulamentação nacional, a gravidade dos incêndios não cessou de aumentar. A principal ideia-chave que resulta do projeto FIREUSES é a necessidade de superar a abordagem presentista do problema do fogo, que tende a dar por adquirida a transformação do espaço rural no sentido de um cenário de catástrofe sazonal. Sem uma perspetiva histórica, a governação do fogo arrisca-se a perpetuar uma paisagem crescentemente vulnerável a grandes incêndios.

UM NOVO OLHAR SOBRE O FOGO

Na década de 1960 assistiu-se à transição das agriculturas do fogo para os incêndios florestais, dois tipos fundamentalmente distintos de *paisagens de fogo*. As antigas paisagens de fogo pertencem a um passado rural que é difícil e, em muitos dos seus aspetos, indesejável replicar. Existem, porém, vários elementos dessas paisagens do passado que podem contribuir para os desafios do presente.

- **O fogo não deve ser visto como um elemento “externo” à história humana.** Não só porque os usos do fogo foram um aspecto estruturante da economia rural até meados do século XX, mas também porque o regime de fogo atual é um produto de décadas de intervenção humana no território e ambiente.
- A construção de uma paisagem menos vulnerável aos incêndios deve passar pela inclusão do fogo, como mostram as realidades rurais pré-1960. **Urge promover novas formas de coexistência com o fogo adaptadas aos contextos atuais.**
- **A complexidade agrícola e ecológica das antigas paisagens de fogo foi frequentemente mal interpretada pelas ciências e políticas territoriais.** A correção do regime de fogo atual depende da qualidade do conhecimento produzido sobre as antigas paisagens de fogo.
- **A construção de um novo olhar inovador sobre o fogo deve procurar a memória e experiência de convivência com o fogo que subsiste nas comunidades locais serranas.**

MAIOR OCUPAÇÃO AGRÍCOLA

Na década de 1950, a agricultura portuguesa conheceu a sua maior expressão demográfica e territorial, a que se seguiu uma rápida inflexão nas décadas seguintes. A redução da superfície agrícola, em contramão com a expansão dos povoamentos florestais, contribuiu para uma paisagem cada vez mais inflamável. O novo regime de fogo decorreu de alterações na carga e estrutura da biomassa combustível na paisagem, numa altura em que as consequências das alterações climáticas não se faziam ainda sentir.⁹

- **A recuperação dos usos agrícolas e pecuários nas regiões montanhosas promove a redução da biomassa combustível.** Este objectivo atua transversalmente sobre a gestão do risco de incêndio e a reactivação económica e social do interior português.
- **É necessário construir uma política económica inovadora que renuncie ao fatalismo do esvaziamento do interior.** Tal como, no período 1930-1960, foram mobilizados com sucesso incentivos à florestação, é hoje possível definir uma política territorial que aponte para uma paisagem mais resistente aos incêndios.
- **Importa mapear, à escala regional, que economias agrícolas persistem nos espaços de montanha e que novas oportunidades existem,** de modo a definir uma estratégia de incentivos eficientes de âmbito financeiro, infraestrutural e político.¹⁰
- **Urge apoiar práticas e usos agrícolas que assegurem perímetros de segurança** em torno de povoados inseridos em zonas com risco elevado e moderado de incêndio.
- **A agricultura em conjugação com outras atividades produtivas, educativas, de lazer e/ou recolção constitui o campo de intervenção prioritário** para a transformação integrada do regime de fogo e do espaço rural.

9 Na década de 1990 a freguesia de Alferce, anterior coração agrícola da serra de Monchique, detinha apenas 3% da superfície com usos agrícolas. Ver I. Costa (2024), *O uso do solo e os regimes de fogo entre 1975 e 2019 à escala da freguesia: Peravelha, Aldeia de Nacomba e Ariz (Moimenta da Beira) e Alferce (Monchique)*. Dissert. Mestrado, Universidade Nova de Lisboa. Para uma discussão sobre o relevo da Política Agrícola Comum na redução do risco de incêndio, ver F. Moreira e G. Pe'er (2018), 'Agricultural policy can reduce wildfires', *Science* 359(6379): 1001.

10 Na região de Lapa-Leomil prospera a exploração de castanha, maçã e frutos vermelhos, e em Monchique o montado de sobro (crescentemente ameaçado pelos incêndios) e os pomares de medronheiro, que têm ganho peso como alternativa ao eucalipto, embora seja um negócio sobre grande pressão regulamentar e económica. Na serra do Alvão, a vaca maronesa tem vindo a afirmar-se como negócio viável através da recuperação do antigo pastoreio extensivo nos montes baldios, em benefício da qualidade da carne e de uma gestão inovadora do território.

RECUPERAR O USO DO FOGO

A transição no regime de fogo em Portugal resultou de transformações importantes no uso do solo e do desaparecimento concomitante de práticas de fogo responsáveis pela gestão continuada da biomassa combustível. A investigação mostrou também que, até à década de 1960, as explorações florestais beneficiavam de proteção contra incêndios por estarem inseridas num mosaico agrícola com baixo risco de incêndio.

- **As agriculturas do fogo tiveram uma vida longa em Portugal.** Nos anos 1960, os sistemas agrícolas de montanha continuavam a usar o fogo como ferramenta essencial apesar da modernização agrícola em curso.
- **É necessário definir uma estratégia nacional abrangente para uso do fogo em contexto rural,** que seja capaz de potenciar as boas práticas já existentes em contextos agrícolas, florestais, de criação de gado e de conservação da natureza.¹¹
- **Importa implementar um projeto piloto consistente que inclua situações territoriais, socioeconómicas e climáticas diversificadas,** com vista a 1) alargar o programa nacional de fogo controlado, 2) elaborar um guia de boas práticas sobre o uso seguro e eficaz do fogo por múltiplos intervenientes e 3) definir uma “época de fogo frio” que integre critérios meteorológicos e os calendários das atividades agro-silvo-pastoris.
- **As matas nacionais e os terrenos baldios constituem territórios privilegiados para uma acção concertada entre a produção de conhecimento e o desenvolvimento de soluções inovadoras.**¹²

CONHECER AS PAISAGENS DE FOGO

Conhecer as paisagens de fogo em Portugal é um desafio transdisciplinar com implicações fundamentais na compreensão do passado rural, na revitalização do interior e na melhoria das estratégias de gestão dos incêndios rurais. O FIREUSES estabeleceu paralelos importantes entre o caso português e outras realidades europeias, na Galiza e no sul de França. O conhecimento aprofundado da transição para o regime de grandes incêndios em Portugal constitui uma oportunidade para um papel pioneiro do país em contexto europeu e mundial.¹³

- **Portugal deve liderar a criação de um laboratório europeu de políticas públicas sobre o fogo.** As conexões entre paisagem e fogo devem ser encaradas enquanto problema de conhecimento histórico e biofísico, que potencia a intervenção sobre os processos que controlam a reprodução do regime de grandes incêndios.
- **Urge promover investigação continuada sobre o desenvolvimento do regime de fogo atual através de estudos de caso regionais.** A consolidação do conhecimento sobre

a história do fogo em Portugal é instrumental na criação de uma rede de investigação no quadro da Europa meridional.

- **Criar a marca Paisagens de Fogo, como conceito generativo e laboratório transnacional** centrado no desenvolvimento de soluções integradas para a gestão dos incêndios rurais.
- **É necessário envolver as comunidades e associações que gerem terrenos baldios,** considerando a elevada vulnerabilidade ao fogo destes territórios e o seu papel histórico na transformação do regime de fogo.
- **Urge encetar uma reflexão alargada sobre as políticas de desenvolvimento rural e de preservação ecológica,** que inclua a revisão dos quadros legislativos que atuam sobre os territórios serranos nos múltiplos âmbitos produtivos, naturais e urbanos.
- **Importa prosseguir a investigação sobre o regime de ignições,** distinguindo de forma inequívoca usos utilitários do fogo, ignições tecnológicas, fontes naturais, ignições acidentais ou negligentes, e ignição intencional dolosa.

¹¹ Ver E. Oliveira e P.M. Fernandes (2023), ‘Pastoral burning and its contribution to the Fire Regime of Alto Minho, Portugal’, *Fire* 6, 210; e a experiência com fogo controlado da Montis – Associação para a Gestão e Conservação da Natureza, que gere várias propriedades num total de 300 hectares (<https://florestas.pt/valorizar/montis-uma-decada-a-gerir-a-terra-para-criar-valor-natural>).

¹² Consultar o projeto liderado por Iryna Skulska, *Fostering Sustainable Rural Development and Wildfire Prevention in Portugal*, focado nas florestas comunais, e P.M. Fernandes *et al.* (2014), ‘The dynamics and drivers of fuel and fire in the Portuguese public forest’, *J. Environ. Manage.* 146, 373–382.

¹³ Sobre a Europa do sul, ver o dossier ‘Histoires de feux’ (*Études rurales* 214 (2024): 8–135); D. Soto *et al.* (2024), ‘Del manejo campesino del fuego al incendio post-campesino en Galicia’, *HAAL* 5(1), 19–38; F. Seijo *et al.* (2012), ‘Pre-industrial anthropogenic fire regimes in transition: the case of Spain and its implications for fire governance in Mediterranean type biomes’, *Hum. Ecol. Rev.* 19(1), 58–69; e M. Chalvet (2024), ‘Du feu à l’incendie: l’émergence d’une nouvelle politique publique en Provence (XIXe-XXe siècles)’, *Études rurales* 214, 26–44. Para contribuições metodológicas globais, ver S.J. Pyne (2009), ‘The human geography of fire: a research agenda’, *Prog. Hum. Geogr.* 33(4), 443–446; D.M.J.S. Bowman *et al.* (2011), ‘The human dimension of fire regimes on Earth’, *J. Biogeogr.* 38, 2223–2236; e S. Pooley (2018), ‘Fire, smoke, and expertise in South Africa’s grasslands’, *EH* 23, 28–55.

GESTÃO DOS INCÊNDIOS RURAIS

A recolha de memórias e experiências realizada nos dois estudos do FIREUSES revelou um quadro de descontentamento das populações afetadas pelos incêndios rurais. Os testemunhos sobre os grandes incêndios de 2003 e 2018, em Monchique, e sobre o complexo de incêndios que percorreu a região de Lapa-Leomil no verão de 2025 mostram ser necessário rever as práticas de prevenção e combate e a relação entre os diferentes intervenientes e populações.

- **Importa devolver capacidade de intervenção às comunidades rurais como parte da estratégia nacional de prevenção e combate aos fogos**, cultivando relações de confiança entre as diversas entidades de gestão de incêndios e as populações rurais.
- **É necessário promover a gestão transparente e pública dos orçamentos e fundos relacionados com a gestão dos incêndios** e definir pressupostos de âmbito nacional para a compensação material em caso de incêndio e de evacuação coerciva.
- **Valorizar a memória de práticas e usos locais**, considerando as suas potencialidades e capacidade de inovação na gestão da prevenção e combate a incêndios.
- **Preparar respostas universais e gratuitas ao trauma decorrente de incêndios ou das estratégias de supressão utilizadas.**

EQUIPA DO PROJETO

Miguel Carmo

Investigador Responsável, IHC – NOVA FCSH / IN2PAST

Ana Isabel Queiroz

Co-Investigadora Responsável, IHC – NOVA FCSH / IN2PAST

Bárbara Direito

CIUHCT – NOVA FCT

Francisco Moreira

CIBIO – InBIO / BIOPOLIS / UPorto

Frederico Ágoas

CICS.NOVA – NOVA FCSH

Inês Gomes

IHC – NOVA FCSH / IN2PAST

Joana Vaz Sousa

CES – UCoimbra

José Miguel Ferreira

IHC – NOVA FCSH / IN2PAST

Marta Nunes Silva

IHC – NOVA FCSH / IN2PAST

E ainda os estudantes de mestrado da NOVA FCSH:

Eleonora Monaci

Inês Costa

Joana Jerónimo

João Oliveira

Desenho gráfico

Sara Silva Santos

O projeto FIREUSES foi financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto PTDC/HAR-HIS/4425/2021. O IHC (NOVA FCSH/IN2PAST) é financiado por fundos nacionais através da FCT, I.P., no âmbito dos projectos UID/04209/2025 (DOI: 10.54499/UID/04209/2025) e LA/P/0132/2020 (DOI: 10.54499/LA/P/0132/2020).